

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: País informa OMC sobre possível retaliação à UE	2
Título: Com alta de preço, consumo de gasolina cede espaço para álcool	3
Título: Lewandowski deve liberar em 15 dias ação sobre privatizações	4
Título: Nova 'superagência' deve ter ex-auditor do TCU no comando	6
Título: Lei geral das reguladoras é aposta da equipe econômica	8
Título: Petrobras vai aposentar plataformas antigas.....	10
Título: Setor mineral pode ser desestruturado em MG, diz Zema	12
Título: Francesa Vinci avalia aquisições de provedoras de tecnologia no Brasil	14
Título: BBCE espera aval da CVM para mercado de derivativos	15
Título: Curtas	17
Título: STJ terá que reiniciar julgamento de usina	17
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	19
Título: O desenvolvimento da Amazônia	19
Título: » Queda.....	21
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	21
Título: Privatização da Eletrobras vai ficar para 2020, diz ministério	21
Título: Cade aprova venda da Amazonas Energia para grupos do Norte	23
Título: Juíza veta pressão de Eletronorte sobre índios	24
Título: Ruralistas se organizam para manter subsídio na conta de luz.....	26
Título: Brasil pede à UE compensação por salvaguarda ao aço	26
VEÍCULO: O Globo	27
Título: Mineradoras têm de retirar instalações perto de barragens até agosto	27

Título: Brasil quer compensação por sobretaxa de aço na UE.....	28
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	29
Título: Proibidas estruturas a montante	29
Título: Privatização nos estados.....	30
Título: Investimento de R\$ 16,5 bi	32
Título: Gasolina mais barata no DF	33
Título: Corridas de carros elétricos atraem empresas brasileiras.....	34
Título: "A popularização virá com o tempo", diz piloto	37
Título: Brumadinho e a engenharia brasileira.....	38
Título: A Barragem do Paranoá	41

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Cristiano Zaia | De Brasília

Título: País informa OMC sobre possível retaliação à UE

O governo brasileiro notificou ontem a Organização Mundial do Comércio (OMC) de que poderá adotar medidas para "reequilibrar" seu comércio com a União Europeia (UE), após salvaguardas aplicadas pelo bloco europeu às exportações de aço do Brasil.

Como antecipou o **Valor**, o Brasil resolveu usar um direito de retaliar a UE em US\$ 180 milhões após disputa na OMC envolvendo justamente as salvaguardas ao aço. A estratégia, num primeiro momento, é incluir o leite europeu entre os produtos sujeitos à retaliação, ampliando de 28% para 42,8% sua tarifa de importação para entrar no Brasil. A ideia, porém, é que outros itens exportados pelos europeus constem da lista.

Há duas semanas, o Ministério da Economia retirou duas tarifas antidumping que vigoraram por 18 anos sobre as importações brasileiras de leite em pó do bloco europeu e da Nova Zelândia. A medida gerou uma grande reação negativa do setor produtivo do leite e da bancada ruralista, e o presidente Jair Bolsonaro orientou a pasta da Economia a encontrar uma solução para o problema.

"O governo brasileiro encaminhou hoje [ontem] à União Europeia pedido de compensações pelas salvaguardas às importações de aço impostas pela União Europeia no início deste mês", afirma nota conjunta dos ministérios das Relações Exteriores, da Economia e da Agricultura, obtida pelo **Valor**.

"Paralelamente, o governo brasileiro encaminhou à OMC notificação de que o Brasil, ao amparo do Acordo de Salvaguardas, poderá adotar medidas de forma a reequilibrar o seu comércio com a União Europeia, ante o impacto das medidas de salvaguarda no setor de aço."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/02/2019

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Com alta de preço, consumo de gasolina cede espaço para álcool

Num ano impactado pela greve dos caminhoneiros, o consumo de combustíveis se manteve praticamente estável em 2018. Segundo a Agência Nacional de Petróleo (ANP), foram vendidos 136,1 bilhões de litros no ano passado, o que representa uma alta de 0,03% frente ao ano anterior, com destaque positivo para o etanol e diesel.

Em 2017, quando a economia brasileira começava a sair da recessão, houve um aumento de 0,44% no consumo. O mercado de combustíveis, na ocasião, interrompeu dois anos seguidos de retração.

Historicamente atreladas ao desempenho da economia, sobretudo do agronegócio e da indústria, as vendas de diesel subiram pelo segundo ano consecutivo. Em 2018, houve um aumento de 1,6%, para 55,6 bilhões de litros, mesmo diante dos impactos da paralisação dos caminhoneiros, em maio. Em 2017, o aumento havia sido de 0,9%.

Já as vendas de gasolina comum recuaram 13,1%, para 38,3 bilhões de litros, depois de dois anos seguidos de crescimento. Essa retração é atribuída, em parte, à perda de competitividade do derivado para o etanol hidratado, diante do aumento do dólar e dos preços do barril de petróleo no mercado internacional - que afetam diretamente os preços da gasolina, praticados pela Petrobras.

A participação da gasolina no mercado recuou para 28,1% no ano passado, ante 32,4% em 2017. O etanol, por sua vez, avançou de 10%, em 2017, para 14,2%, no ano seguinte - a maior fatia do combustível desde 2009.

As vendas do biocombustível, por sua vez, subiram 42,1%, para 19,4 bilhões de litros. Esse aumento, contudo, não foi suficiente para sustentar o crescimento do mercado do Ciclo Otto (veículos leves cujos motores operam com etanol e/ou gasolina) como um todo. Esse segmento é tradicionalmente vinculado ao consumo das famílias e, em 2018, caiu 3%, em gasolina equivalente - medida que considera a equivalência energética do etanol frente a gasolina.

Outro produto tradicionalmente vinculado ao consumo das famílias que também teve um 2018 fraco foi o gás liquefeito de petróleo. As vendas do derivado fecharam o ano passado com queda de 1%, para 13,2 bilhões de litros. O mercado de GLP é associado, sobretudo, ao segmento residencial, embora também seja vendido para comércio e indústrias.

Outra queda relevante foi registrada no mercado de óleo combustível. Tradicionalmente vinculado ao comportamento do despacho das termelétricas, o derivado fechou 2018 com retração de 31,6%, depois de ter crescido 1,5% em 2017.

Já entre os destaques positivos, as vendas de querosene de aviação (QAV) cresceram 6,7%. A expansão acompanha o reaquecimento do mercado doméstico de aviação, que no ano passado aumentou em 3,3%, de acordo com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Mariana Muniz e Isadora Peron | De Brasília

Título: Lewandowski deve liberar em 15 dias ação sobre privatizações

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse ao **Valor** que deve liberar no início do mês que vem a ação que trata das privatizações de empresas públicas para votação em plenário. Segundo o ministro, o voto está praticamente pronto e terá cerca de 30 páginas, nas quais trará elementos para corroborar a liminar que concedeu em junho do ano passado, proibindo o governo de privatizar estatais sem prévia autorização do Congresso.

Com a ação liberada para a pauta, caberá ao presidente do Supremo, Dias Toffoli, marcar uma data para o julgamento do caso, o que pode acontecer ainda no primeiro semestre. O tema interessa diretamente ao presidente Jair Bolsonaro. Pelos planos da equipe econômica, o governo quer privatizar ou liquidar mais de cem estatais.

Toffoli tem demonstrado boa vontade em relação às demandas econômicas do governo, mas não escondeu o descontentamento com as recentes investidas de aliados de Bolsonaro no Congresso contra o Poder Judiciário. Um eventual acirramento desse quadro poderia fazer com que o presidente da Corte deixasse de dar prioridade a temas caros ao Palácio do Planalto.

Em junho de 2018, ao conceder a liminar, Lewandowski argumentou que havia "farta jurisprudência" do STF "no sentido da imprescindibilidade da autorização legislativa para transferência de poder de controle de sociedades de economia mista". "Ainda que a eventual decisão do Estado de deixar de explorar diretamente determinada atividade econômica seja uma prerrogativa do governante do momento, não se pode deixar de levar em consideração que os processos de desestatização são conformados por procedimentos peculiares, dentre os quais, ao menos numa primeira análise do tema, encontra-se a manifestação autorizativa do Parlamento", disse.

Segundo ele, a dispensa de licitação só pode ser aplicada à venda de ações que não importem a perda de controle acionário de empresas públicas, sociedades de economia mista ou de suas subsidiárias ou controladas.

Para Lewandowski, "embora a redação dos artigos impugnados da Lei 13.303/2016 não tratem expressamente da dispensa da autorização legislativa", é justamente a ausência dessa menção "que pode gerar expectativas ilegítimas e, conseqüentemente, insegurança jurídica, sobretudo no contexto da flexibilização da alienação de ações de que tratam os dispositivos atacados".

A Procuradoria-Geral da República (PGR) também opinou para que o STF mantenha a necessidade de aprovação das privatizações pelo Congresso. Segundo a manifestação, a venda de ações de empresas públicas exige prévia autorização legislativa.

Um levantamento feito pela Contatos Assessoria Política em parceria com o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) constata que, independentemente da decisão do STF, 38% das 135 empresas estatais controladas pela União dependem de autorização do Congresso para seguir com

o processo de privatização, conforme cada lei específica de criação. Enquadram nessa regra 51 empresas como Petrobras, Correios, Caixa, BNDES e Banco do Brasil.

Outras 70, que correspondem a 52% do total, são empresas estatais que não necessitam autorização legislativa para privatização e, portanto, dependem somente de aprovação estatutária ou através de decreto específico para venda.

Ainda assim, há entre elas uma dúvida quanto a algumas subsidiárias do setor de energia como Furnas, Chesf, Eletrosul e Eletronorte. É que, embora não tenham sido criadas por lei, foi necessária autorização legal expressa - o que justificaria a necessidade de lei para a privatização.

Os 10% restantes dizem respeito a subsidiárias de segundo grau, criadas por empresas públicas ou sociedades de economia mista como forma de exploração de uma determinada atividade econômica ou prestação de serviço pelo Estado. Sobre elas, não foram encontrados documentos oficiais que indiquem a necessidade de autorização legislativa para privatização.

"Não há dúvida sobre a necessidade de autorização prévia do Congresso quanto às empresas que têm lei específica. O que está em jogo com a decisão do STF, e merece nossa atenção, é o futuro das subsidiárias", explicou Neuriberg Dias, sócio da Contatos Assessoria Política e coordenador do estudo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner e Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Nova 'superagência' deve ter ex-auditor do TCU no comando

O engenheiro Davi Barreto, ex-auditor do Tribunal de Contas da União (TCU), é o nome preferido do governo para comandar a futura "superagência" que está sendo desenhada como fusão da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

O projeto de lei que cria o órgão regulador deverá tramitar em regime de urgência e prevê uma blindagem contra indicações políticas para a diretoria colegiada. A ideia é ter dispositivos claros sobre a experiência prévia dos diretores, impedindo que façam parte da cúpula de partidos políticos ou sejam

provenientes de cargos de primeiro escalão no governo. Uma medida provisória, pelo menos por enquanto, está rigorosamente descartada.

Barreto, formado em engenharia eletrônica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e mestre em regulação pela Universidade de Brasília, foi auditor do TCU entre 2008 e 2017. No órgão de controle, chefiou a secretaria responsável pela análise dos projetos de concessão de rodovias, portos e aeroportos apresentados pela ex-presidente Dilma Rousseff. Ele saiu de Brasília para assumir como conselheiro-substituto do Tribunal de Contas do Ceará, por concurso público (passou em primeiro lugar), dois anos atrás.

Outra integrante da diretoria da futura Agência Nacional de Transportes (ANT) está praticamente definida. Trata-se de Danielle Alcântara Crema, ex-superintendente da Anac (Aviação Civil) e ex-secretária-adjunta do Tesouro Nacional, que vinha atuando mais recentemente como assessora do Ministério Público Federal para assuntos regulatórios.

A Procuradoria da República tem um grupo, a 3ª Câmara de Coordenação e Revisão (CCR), que acompanha questões de regulação e concorrência na tentativa de defender os interesses dos consumidores. Danielle dedicou-se bastante, nos últimos anos, a temas como a renovação antecipada das concessões de ferrovias e os descumprimentos contratuais das empresas que assumiram rodovias no governo Dilma.

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, ainda busca um nome entre os atuais superintendentes da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para compor o colegiado do novo órgão. Para ele, a Aneel é o mais bem estruturado entre os reguladores federais. Por isso, mesmo lidando com outro setor, o ministro acredita que trazer a experiência da agência de energia seria um aporte importante à ANT.

Tarcísio tem mantido reuniões com associações e empresas dos setores regulados para buscar apoio à ideia de fusão das agências. Em todas as conversas, ressalta que é melhor ter uma única estrutura forte do que duas fragilizadas. "Quero construir um consenso antes de enviar o PL", disse a interlocutores em um dos encontros. Sua ideia é diminuir antecipadamente a resistência ao projeto, inclusive entre os servidores.

O deputado federal Carlos Jordy (PSL-RJ), funcionário de carreira da Antaq, já encampou a proposta. "Hoje as agências estão totalmente politizadas e essa reconfiguração permitirá a escolha de uma nova diretoria sem os vícios do governo anterior", argumenta.

Para ele, que já se reuniu com o ministro para debater o projeto, a fusão vai facilitar uma abordagem intermodal da logística de transportes. Jordy também não acredita em grande oposição por parte dos antigos colegas. Hoje, segundo o deputado, há nove carreiras diferentes quando se somam ANTT e Antaq. Com a reestruturação, pode surgir o especialista e o técnico em regulação federal (de modo mais abrangente), possibilitando o trânsito dos servidores entre diferentes agências.

Davi Barreto, nome defendido pelo governo para presidir a nova "superagência", deverá ser indicado já nos próximos dias para ocupar uma vaga recém-aberta na ANTT. Se o projeto de lei for realmente enviado ao Congresso Nacional e aprovado, os atuais diretores perderão seus mandatos, pois os dois órgãos reguladores deixarão de existir. Barreto seria novamente indicado, então, para a chefia da futura agência.

Além de acreditar na lógica da multimodalidade, o governo quer promover uma "limpeza" na ANTT e na Antaq. O diretor-geral da primeira, Mário Rodrigues Jr., foi investigado no âmbito da Operação Lava-Jato. Ligado ao PR e afilhado político do ex-deputado Valdemar Costa Neto, ele foi apontado pela força-tarefa como um dos envolvidos nas práticas de cartel e fraudes à licitação do trecho sul do Rodoanel de São Paulo. Era diretor de engenharia da Dersa, responsável pela contratação, de 2003 a 2007.

O **Valor** apurou que um decreto presidencial deverá afastar Rodrigues do comando da ANTT e substituí-lo por outra diretora, Elisabeth Braga, que foi indicada pelo ex-ministro da Casa Civil Eliseu Padilha e ficará à frente da agência até sua provável extinção. Rodrigues tem mandato como diretor até fevereiro de 2020 e manterá sua vaga no colegiado, mas sem exercer a presidência.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: Lei geral das reguladoras é aposta da equipe econômica

A equipe econômica quer que o Senado vote logo o projeto de lei geral das agências reguladoras. O texto está pronto para ser levado ao plenário, e o Ministério da Economia vê a proposta como uma das possibilidades de "entregas" rápidas aos investidores.

Outros projetos para modernizar os marcos legais e melhorar o ambiente de negócios têm trâmite mais lento. Por isso, a aprovação em caráter final do PLS

52/2013 é vista como aposta para demonstrar ao mercado que o governo também se empenhará em uma agenda de reformas microeconômicas.

A lei geral das agências ganhou impulso no governo do ex-presidente Michel Temer e foi aprovada pelo Senado no fim de 2016. Na Câmara, sofreu alterações importantes e agora precisa ser reapreciada pelos senadores, que só podem ratificar ou derrubar as mudanças dos deputados.

Um dos principais avanços do projeto é estabelecer critérios para a escolha de dirigentes dos órgãos reguladores. Uma lista tríplice deverá ser formulada para decisão do presidente da República, com nomes que atendam pré-requisitos como experiência profissional no campo de atividade da agência e vedação a ministros, secretários estaduais, sindicalistas e dirigentes de partidos.

Outra novidade é a maior autonomia financeira e administrativa das agências, que passam a constituir uma unidade orçamentária própria, fora do alcance de cortes orçamentários mais abrangentes do que os dos ministérios aos quais estão vinculadas.

Para o especialista em infraestrutura Claudio Frischtak, presidente da consultoria Inter B., o texto saiu "redondo" do Senado e foi "distorcido" na Câmara. Além de mudanças de redação para vários artigos, o principal retrocesso consiste na abertura de uma nova brecha na Lei de Responsabilidade das Estatais (13.303/16) que baniu políticos de cargos de diretoria em empresas públicas.

Depois de aprovado pelos deputados, o PL entrou de novo na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Em 19 de dezembro, o senador Antônio Anastasia (PSDB-MG) elaborou parecer em que suprimiu reverses impostos pela Câmara. "Tentei reduzir as áreas de atrito e restabelecer o máximo possível do texto original", disse ele.

O projeto foi votado na CCJ e agora só depende de um último aval do plenário para ser levado à sanção do presidente Jair Bolsonaro. A Associação Brasileira das Agências de Regulação (Abar) vê espaços para aperfeiçoamento.

O presidente da Abar, Fernando Franco, discorda do banimento à recondução de diretores das agências, por entender que eles poderiam contribuir com sua experiência regulatória. Também acha que o PL tem artigos que desequilibram o tripé de equidistância entre poder concedente, empresas reguladas e consumidores. Teria, em sua opinião, um viés pró-consumidor e que poderia ensejar decisões judiciais assimétricas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 19/02/2019****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: Petrobras vai aposentar plataformas antigas**

Ao mesmo tempo em que promete lançar ao mar 13 novas plataformas até 2023, a Petrobras se prepara para começar a enxugar a sua frota. A companhia pretende aposentar uma série de plataformas antigas a partir deste ano. O plano, contudo, se dá em meio a lacunas nas regras ambientais, em um momento sensível para a indústria extrativa, no Brasil, depois da tragédia envolvendo os planos de desativação da barragem da Vale em Brumadinho (MG).

Segundo a Agência Nacional de Petróleo (ANP), 41% das plataformas que operavam no Brasil em 2018 tinham 25 anos ou mais de operação. São mais de 60 unidades com esse perfil. Só a Petrobras tem planos para desmobilizar oito unidades até 2021, sobretudo no sul da Bacia de Campos.

O descomissionamento é uma atividade nova no Brasil e envolve ativos em águas profundas, ambiente por si só desafiador. Mas mesmo em águas rasas o assunto possui complexidades. Um exemplo está no coral-sol, espécie bioinvasora que se espalhou pela costa brasileira nos anos 1980, em locais com grande movimentação de plataformas. A preocupação é que o coral-sol incrustado nas instalações marítimas seja carregado para a superfície na desmobilização das unidades. Existe também uma preocupação financeira, porque a desativação exige investimentos no final da curva de geração de caixa dos empreendimentos.

Com 169 mortes confirmadas, o rompimento da barragem I da Vale na Mina Córrego do Feijão levantou um debate sobre o tamanho da fragilidade da cultura da segurança, no país, sobretudo em ativos em fase final de vida útil. Ocorrida em barragem em descomissionamento, a tragédia pôs em xeque o setor de mineração, mas deixa lições para o óleo e gás.

"A lição de Brumadinho é que não dá para se relaxar [com aspectos de segurança]. É importante que os órgãos de fiscalização deem atenção a esse processo. O campo em desativação deixa muitas vezes de ser uma prioridade para as companhias e é preciso que a questão da segurança seja priorizada", comenta o professor do Grupo de Economia da Energia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GEE/UFRJ), Edmar Almeida.

A ANP e o Ibama estão debruçados na revisão das regras sobre o assunto. Para Almeida, a regulação atual define os procedimentos gerais para a desativação das instalações, mas existem lacunas. Segundo ele, falta definir as melhores práticas internacionais e fixar critérios técnicos, econômicos, de segurança e socioambientais para definição da melhor opção de descomissionamento. Hoje, cabe à empresa propor suas estratégias - que vão desde retirar as instalações por completo até mesmo tombar os maquinários, deixando-os no fundo do oceano.

A Petrobras esclareceu que segue todos os regulamentos "visando manter a integridade das unidades, independente da idade". Sobre os riscos associados ao descomissionamento, a empresa disse que os riscos são "devidamente avaliados nas etapas de planejamento" e "controlados e reavaliados constantemente até a conclusão das atividades". "A Petrobras atende aos requisitos legais e prioriza a integridade dos ativos e segurança nas operações em todas as etapas do ciclo de vida dos empreendimentos, inclusive na fase de descomissionamento", informou.

Ao comparar petroleiras e mineradoras, o sócio do escritório Schmidt Valois, Paulo Valois, acredita que a gestão de riscos na indústria de óleo e gás é mais madura, depois das muitas exposições negativas das últimas décadas envolvendo, por exemplo, a explosão da P-36, da Petrobras, que matou onze pessoas em 2011; e o vazamento do campo de Frade, operado pela Chevron na Bacia de Campos, em 2011, que desencadeou o Plano Nacional de Contingência, em resposta a vazamentos. "É um cenário completamente diferente da mineração. O problema da Vale ocorreu numa barragem, tipo de empreendimento que não existe no petróleo", ressalva.

Já a especialista em direito ambiental, Fabiana Figueiredo, sócia da Carvalho, Machado e Timm Advogados, vê em Brumadinho uma demonstração da fragilidade da cultura de compliance ambiental no Brasil. "Nos últimos anos tivemos mudanças no compliance de integridade, em resposta aos escândalos de corrupção, mas falta uma cultura de compliance ambiental", disse.

Dados da ANP e do Fórum Internacional de Reguladores de Segurança Offshore (IRF, na sigla em inglês) mostram que o Brasil possui índices de acidentes acima dos países de referência (Reino Unido, EUA, e Noruega). Ao menos 15 mortes offshore foram reportadas nos últimos quatro anos, com destaque para as explosões da plataforma São Mateus (2015), operada pela BW para a Petrobras, com nove mortos; e da sonda Norbe VIII (2017), operada pela Odebrecht Óleo e Gás, com três fatalidades.

A ANP esclareceu que atua em três grandes frentes regulatórias, relativas à segurança operacional, sendo a primeira delas a fiscalização (a agência fiscaliza

cada instalação a cada dois anos). O tripé é formado, ainda, pelo debate permanente com o mercado, e pelo desenvolvimento de um arcabouço regulatório com foco em sistemas de gestão que incentivam a "melhoria contínua e ao desenvolvimento de boas práticas".

Para o coordenador-geral do Sindipetro Norte Fluminense, Tezeu Bezerra, o descomissionamento é um agravante para um quadro já preocupante. Segundo ele, a redução do efetivo embarcado e o corte de custos preocupam. "Quando se coloca ativos à venda, eles saem da prioridade de investimentos. O descomissionamento é uma preocupação a mais, porque vai acontecer principalmente em ativos que estão sendo vendidos para empresas menores", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: Setor mineral pode ser desestruturado em MG, diz Zema

Quase um mês depois da tragédia resultante do rompimento da barragem da Vale na cidade de Brumadinho, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), fez um aceno em favor das empresas de mineração.

Ele afirmou que empresas especializadas em atestar a segurança das barragens estão se recusando a fazê-lo e que é preciso encontrar alguma nova forma que permita que as mineradoras continuem operando, a despeito das dificuldades em obter esses certificados de segurança.

"É uma situação extremamente angustiante para nós, mineiros, porque da forma que a coisa está caminhando não vai demorar e vamos ter praticamente todas as barragens, ou boa parte delas, consideradas como de risco", afirmou ele durante discurso em que o tema central eram novos recursos para saúde.

Desde fim de janeiro, quando do desastre em Brumadinho, alertas foram acionados em outras três cidades, obrigando pessoas a deixarem suas casas porque a avaliação de risco de desmoronamento de barragens - duas da Vale e uma da ArcelorMittal - subiu. O último desses episódios, ocorreu no sábado e se deveu ao fato de uma empresa certificadora ter se recusado a dar o aval de estabilidade para uma barragem da Vale.

O governador disse ainda que vai se reunir com as equipes das Secretarias de Meio Ambiente e do Desenvolvimento Econômico e também do governo federal para tratar do assunto. "Porque a continuar da forma que estamos nós vamos ter uma desestruturação total do setor", afirmou.

Secretaria de MA prega a extinção de todas as barragens do Estado construídas a montante, como a de Brumadinho

Zema falou da segurança das comunidades que vivem em áreas próximas a barragens. "Não é fácil lidar com um problema desses, porque não podemos expor ninguém a risco", disse. "Mas também não podemos parar uma atividade tão relevante para o Estado."

O tom das declarações agrada, de modo geral, as empresas de mineração que tem Minas Gerais, uma de suas mais importantes bases de produção no país.

A tragédia de Brumadinho expõe visões que parecem distintas dentro do próprio governo, iniciado em janeiro. No domingo, a Secretaria do Meio Ambiente postou um longo comunicado em seu site se dizendo "terminantemente contra a flexibilização da legislação ambiental e são contra medidas nesse sentido". A secretaria também voltou a defender medidas que adotou recentemente, entre elas a ordem para a extinção de todas as barragens do Estado construídas pela técnica a montante (como a de Brumadinho).

A medida alcança grandes mineradoras como Vale, ArcelorMittal, Usiminas Mineração, CSN entre outras. A assessoria da secretaria afirmou que o órgão não está submetido a pressões de dentro do governo ou de empresas.

A Agência Nacional de Mineração (ANM) seguiu o caminho do órgão ambiental de Minas. Em uma resolução publicada ontem também proibiu novas barragens a montante e determinou a extinção das que já estão prontas. O prazo é agosto de 2021.

Mineradoras têm evitado questionar publicamente esse tipo de medida, mas uma avaliação no setor é que os órgãos governamentais estão agindo sob o calor dos fatos e que o problema não é método construtivo de barragens, mas de gestão dessas estruturas.

Em outra frente, o Ministério Público Estadual protestou ontem contra um projeto de lei que está para ser votado na Assembleia Legislativa e que trata novas regras para licenciamento e fiscalização de barragens. A crítica se deve ao fato de que o texto não leva em conta pontos que foram elaborados com participação de promotores da área ambiental, pelo Ibama e por ambientalistas. O projeto é visto como mais favorável às mineradoras.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 19/02/2019****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Francesa Vinci avalia aquisições de provedoras de tecnologia no Brasil**

A Vinci Energies, braço do grupo construtor francês Vinci, estuda a aquisição de empresas no Brasil para acelerar seu crescimento no país. O objetivo da companhia, que atua no desenvolvimento de serviços integrados e manutenção para indústrias e em atividades de infraestrutura de energia, planeja adquirir empresas ou startups principalmente as ligadas à área de tecnologia da informação (TI).

"Estamos em um momento interessante de olhar outros mercados e de acelerar nosso desenvolvimento, não só pelo crescimento interno, mas olhar empresas. Estamos de olho em várias áreas, em vários mercados, para continuar nosso crescimento no Brasil", afirmou o diretor-geral da Vinci Energies no Brasil, Dominique Ferreira, ao **Valor**. "De forma geral, a área de negócios que está à nossa frente é a digitalização e a transição energética", completou o executivo.

No centro da estratégia da companhia está aperfeiçoar seus serviços na linha da transformação digital para possibilitar redução de custos e aumento de produtividade para clientes.

A previsão da companhia é aumentar em 15% a receita no Brasil em 2019, na comparação com o ano passado. Entre 2018 e 2016, a receita da empresa no país cresceu 20%. "Estamos saindo dessa época com um crescimento de 20%, apesar da crise. Vamos continuar com crescimento em 2019. E acredito que, se a retomada do país acontecer, será um crescimento sustentável", disse Ferreira.

No ano passado, a receita da Vinci Energies no Brasil alcançou R\$ 500 milhões. Em âmbito global, a companhia obteve receita de € 12,6 bilhões, com crescimento de 17% ante o ano anterior. A empresa respondeu por 29% da receita global do grupo Vinci em 2018, de € 43,5 bilhões.

Ferreira enxerga de forma positiva o mercado brasileiro este ano e o objetivo do governo Bolsonaro de realizar as reformas necessárias e garantir estabilidade para os investidores. "O Brasil passou por uma temporada difícil. Me parece que há um movimento bom, um governo que está tentando fortalecer o mercado",

afirmou o executivo. "Precisamos de um país que dê segurança aos investidores. O que precisamos é de um país com certa estabilidade", completou.

A Vinci Energies chegou ao Brasil em 2010, com a aquisição da Cegelec, especializada em manutenção e reparação industrial, predial e de infraestrutura. Cinco anos depois, adquiriu a Orteng Engenharia e Sistemas. Com cerca de 2.400 funcionários no Brasil, a empresa atua por meio das marcas Actemium e Omexon. A primeira é voltada para consultoria, engenharia, comissionamento e manutenção para diversos setores industriais, como óleo e gás, mineração, mobilidade urbana. A outra atua na área de infraestrutura de energia, como engenharia e construção.

Na linha estratégica de avançar na área da indústria 4.0, a Vinci Energies realizou na última semana um workshop em sua base em Contagem (MG) para discutir sobre necessidades e tendências das áreas de energia e infraestrutura no país. O evento contou com a presença da diretora global de Desenvolvimento de Negócios e Inovação da Vinci Energies, Lydia Babici-Victor, que aproveitou a agenda para se reunir com clientes.

"O Brasil tem várias startups interessantes e pessoas interessantes. Estes são fatores chave para o sucesso em inovação", disse Lydia. Segundo ela, as startups brasileiras que atraem a atenção da empresa estão principalmente nas áreas de digitalização, de tratamento de dados, de inteligência artificial, entre outros. "Você pode aplicar isso em petróleo e gás natural, no setor elétrico, em cidades inteligentes e em todas as indústrias em que atuamos", completou a executiva.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: BBCE espera aval da CVM para mercado de derivativos

Em meio a discussões sobre necessidade de aumento da governança no mercado livre, a BBCE, plataforma eletrônica de leilão contínuo para comercialização de energia, espera receber este ano a autorização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para atuar como entidade administradora de mercado organizado de balcão. Na prática, o aval da autarquia permitirá à BBCE realizar registro de derivativos de contratos de energia, mecanismo que dará mais liquidez ao setor e é considerado um passo importante para a criação de uma bolsa de energia no futuro.

Segundo o presidente da BBCE, Victor Kodja, a empresa recebeu na última semana protocolo da CVM confirmando o recebimento de todos os documentos necessários para o pedido da instituição para registrar a negociação de derivativos de energia.

De acordo com ele, a CVM tem 90 dias para analisar os documentos. Após esse prazo, a autarquia pode pedir novos documentos e esclarecimentos à BBCE. Depois do recebimento de eventuais respostas solicitadas, a comissão terá novo prazo de 90 dias para decidir sobre o assunto.

"Isso [autorização da CVM] é bom por dois motivos. O primeiro é porque mostra a seriedade do mercado e a preocupação da diretoria e do conselho da BBCE em como aprimorar a comercialização de energia no Brasil. O segundo é que, com o aval da CVM, poderemos lançar derivativos de energia", afirmou o presidente da BBCE.

Segundo Kodja, o avanço de governança das atividades da BBCE faz parte do desenvolvimento constante do mercado de comercialização de energia e é especialmente positivo após o baque sofrido pelo mercado, a partir dos episódios ocorridos com as comercializadoras Vega Energy e Linkx. As duas empresas não cumpriram contratos de compra e venda de energia, depois da escalada de preços no mercado de curto prazo.

O executivo também ressaltou a entrada da italiana Enel no capital da BBCE, que agora conta com 33 empresas como acionistas.

No ano passado, a BBCE contabilizou 168 mil gigawatts-hora (GWh) de energia transacionada em suas duas plataformas, movimentando R\$ 41 bilhões.

O volume de energia registrado é quase dez vezes maior que o contabilizado no ano anterior, de 17,9 mil GWh. Segundo Kodja, parte do crescimento se deve ao aumento do número de plataformas. Em 2017, a companhia utilizava apenas uma plataforma, de compra e venda de energia. Ainda assim, apenas nessa plataforma, o aumento foi de pouco mais de três vezes, passando dos 17,9 mil GWh para 63 mil GWh.

Hoje, além da plataforma de compra e venda de energia, a BBCE possui um outro sistema específico para registros e formalização digital de contratos de energia firmados por duas partes.

Com relação à movimentação financeira, o volume registrado no ano passado foi oito vezes maior que o de 2017, de R\$ 5 bilhões. De acordo com Kodja, o volume financeiro foi influenciado pelo preço de energia.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 19/02/2019**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Curtas

Venda da Amazonas

A Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou sem restrições a venda da Amazonas Energia (da Eletrobras) para o Consórcio Oliveira Atem, que venceu o leilão da distribuidora em dezembro. Na análise, o corpo técnico do órgão avaliou que eventuais preocupações concorrenciais com a operação seriam barradas pela regulamentação do setor atualmente em vigor. O consórcio vencedor do leilão da Amazonas Energia é composto por Oliveira Energia Geração e Serviços e Atem's Distribuidora de Petróleo. O leilão teve um proponente classificado, que saiu vencedor apresentando um deságio zero. Para a formalização do contrato, é necessário um aporte em um primeiro momento de R\$ 491 milhões, além da assunção de uma dívida aproximada de R\$ 2,2 bilhões. A perspectiva de investimento do governo nos próximos cinco anos é de R\$ 2,7 bilhões. A análise chegou a receber um terceiro interessado, a Gopower. A empresa argumentou ao Cade que a operação pode afetar seus interesses diretos e ter implicações concorrenciais relacionadas à possibilidade de fechamento de mercado de locação de geradores de energia elétrica. A Superintendência considerou que a regulação setorial tem instrumentos enfrentar essas questões.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 19/02/2019**Seção:** Legislação e Tributos**Autor:** Beatriz Olivon | De Brasília**Título:** STJ terá que reiniciar julgamento de usina

Devido a um empate, a 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) terá que recomençar o julgamento que definirá o modo de apuração de valor devido pela União à usina Agro Industrial Tabu. Ela deverá ser indenizada por prejuízo com o congelamento de tarifas de açúcar e álcool decorrente de planos econômicos nas décadas de 80 e 90.

As usinas venceram a disputa em 2013. Em recurso repetitivo, a 1ª Seção do STJ reconheceu que elas tiveram prejuízos com a medida. Porém, exigiram a comprovação dos danos sofridos, por meio da apresentação de balanços

contábeis. No julgamento, destacaram ainda que continuariam valendo as decisões que só dependessem de execução.

Nos pedidos, as usinas alegam que tiveram custos e preços de venda administrados pela União a partir da década de 1980, por meio do antigo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). E que o preço de venda teria sido fixado abaixo do valor de custo. As ações têm como base estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), realizado a pedido do IAA.

No caso da Agro Industrial Tabu, já havia uma decisão indicando que o valor devido seria apurado na liquidação, com a verificação dos documentos contábeis. Como não constavam nos autos, a usina decidiu levar a questão ao STJ.

Ela pede que o título seja declarado líquido, para que já possa receber o ressarcimento. Caso seja feito novo pedido de provas, que a conta siga a da decisão, que transitou em julgado. No caso, a diferença entre o preço do IAA e o da FGV. No recurso repetitivo, os ministros fixaram que o cálculo deve ser o prejuízo contábil versus o custo individual de cada usina.

No julgamento, o relator, ministro Og Fernandes, aceitou parcialmente o pedido da usina para que seja feito um novo cálculo, mas pela forma antiga. O voto foi acompanhado pelo ministro Mauro Campbell Marques, em sessão realizada na última semana.

"Indiretamente, as partes estão sim discutindo a questão de fundo, com relação à forma de apuração do valor devido, se o cálculo do prejuízo contábil ou do prejuízo objetivo decorrente da diferença entre os preços praticados pelo IAA e os custos de produção dessa usina", afirmou.

Para Campbell Marques, o recurso repetitivo diz que a execução deve ser feita por meio de liquidação por arbitramento. De acordo com ele, não julgar o processo, da forma como votaram outros dois ministros, vai submeter a usina a uma situação pior do que a regra geral estabelecida naquele julgamento. Por isso, aceitou parte do recurso apresentado.

O ministro votou para permitir a juntada de novos documentos em sede de liquidação desde que respeitado o comando de apuração de valor devido entre as diferenças de preços levantados pelo IAA e custos de produção da FGV, multiplicadas pelas quantidades vendidas pela empresa. O cálculo que prevalecia antes do repetitivo.

Com o voto, o julgamento ficou empatado. Para os ministros Herman Benjamin e Assusete Magalhães, o processo demanda reanálise de provas, o que não pode ser feito do STJ, conforme estabelece a Súmula nº 7. Com o empate, o julgamento será reiniciado, para que o ministro Francisco Falcão possa participar.

A forma de pagamento dos títulos é importante para as usinas, segundo o advogado Daniel Correa Szelbrackowski, do escritório Dias de Souza Advogados. Muitas já não têm todos os documentos, das décadas de 80 e 90, que provam os valores calculados. "Mesmo as que têm todos os documentos perdem tempo nos processos, que tramitam há quase 30 anos", diz.

O impacto que a União poderia ter com as decisões já foi calculado em R\$ 173,5 bilhões, quando a tese começou a ser julgada. A questão também está na pauta do Supremo Tribunal Federal, que analisará recurso contra decisão do STJ no repetitivo.

Em nota, a Advocacia-Geral da União (AGU) afirma que, pela decisão no repetitivo, "a indenização não poderia estar pautada apenas em um dano econômico abstrato, é necessário também ver a contabilidade das usinas para verificar qual foi o custo real, concreto e individualizado de cada uma naquele período". E acrescenta: "Sem a demonstração do que efetivamente se perdeu e do que da maneira mais razoável e objetiva se deixou de ganhar, o pagamento de indenização poderia significar verdadeiro enriquecimento ilícito."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/02/2019

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: O desenvolvimento da Amazônia

Ministros de Estado tinham programado ir a Tiriós (PA) para tratar com lideranças locais da construção de uma ponte que ligará as duas margens do Rio Amazonas no município de Óbidos (PA), de uma usina hidrelétrica no Rio Trombetas, em Oriximiná (PA), e da extensão do trecho da BR-163 que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA) até a fronteira do Brasil com o Suriname.

Os três projetos fazem parte do plano do presidente Jair Bolsonaro para o desenvolvimento da Amazônia e se inserem em um contexto geopolítico marcado predominantemente por uma resistência ao que membros do governo, notadamente os de origem militar, chamam de "pressões globalistas".

O Planalto, no entanto, justifica a execução das obras como um "marco" da política de incentivo econômico que o governo pretende adotar na região. A população dos municípios da margem norte do Amazonas estaria "abandonada", segundo o governo federal, e o objetivo, com a execução dos projetos, é "implementar um plano de ocupação para estimular o mercado regional".

Há de ter muito cuidado nas tratativas e, em especial, na execução de projetos dessa magnitude. É sutil a calibração de objetivos fundamentais que muitas vezes conflitam entre si, embora não sejam de todo incompatíveis. Está-se falando do desenvolvimento econômico do País, da proteção do meio ambiente e dos interesses sociais, econômicos e culturais dos povos indígenas e das comunidades ribeirinhas.

Dos projetos que o presidente pretende desenvolver na Amazônia, o que parece menos complicado, ao menos a um primeiro olhar, é a construção da ponte que irá unir por terra as margens do Rio Amazonas no município paraense de Óbidos. Hoje, a ligação entre as margens é feita por travessia de barcos e balsas. A ponte serviria como alternativa terrestre para o escoamento da produção de grãos da Região Centro-Oeste. É sobejamente sabido que o déficit de infraestrutura é um dos obstáculos para o crescimento do País e uma obra que atenuar os efeitos perniciosos de décadas de atraso será bem-vinda, observadas todas as particularidades envolvidas em um projeto como este, bem como seus efeitos locais.

A construção da hidrelétrica de Oriximiná não é uma ideia original do governo atual. Há muito tempo vem sendo estudada como uma importante fonte de abastecimento de energia para a Zona Franca de Manaus, que sofre com os constantes apagões que ocorrem naquela região. Entretanto, o desenvolvimento do projeto da usina no Rio Trombetas tem fracassado há sucessivos governos por obstáculos de natureza socioambiental. Cabe ao presidente Bolsonaro explicar à sociedade o que pretende fazer para que tais obstáculos sejam vencidos e, enfim, o projeto possa seguir bom curso durante seu mandato, produzindo os bons resultados que dele se espera.

A extensão da BR-163 até a fronteira com o Suriname também deverá superar grandes desafios logísticos e riscos ambientais não menos importantes. Para avançar de Santarém até o país vizinho, as obras para estender a rodovia deverão adentrar uma larga porção do território do Pará coberta de mata densa. A região é repleta de áreas protegidas. Antes de executar obra de tal monta, é o caso de o governo federal, por meio dos Ministérios e órgãos competentes, encampar uma força-tarefa para resolução dos graves e crônicos problemas que afetam a principal via de escoamento da produção de grãos do País. Problemas como alagamentos, péssimas condições da estrada, trechos

sem asfaltamento, entre outros, causam prejuízos anuais bilionários aos produtores, encarecem os produtos e obstam o crescimento do País. É oportuna a preocupação do presidente Jair Bolsonaro e de seu principal corpo de assessores com um projeto de desenvolvimento da Amazônia. A missão, contudo, não pode ser levada adiante temendo-se supostas "ameaças" – como o "Triplo A" ou a atuação de "campos progressistas" da Igreja Católica – prescindindo da devida cautela.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Andreza Matais

Título: » Queda...

Coluna do Estadão

Está na pauta de hoje da Câmara o requerimento de urgência para o PDC 7/2019, que determina a volta para a conta de luz dos subsídios para produtores rurais.

COM JULIANA BRAGA E MARIANNA HOLANDA

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 19/02/2019

Seção: Mercado

Autor: Julio Wiziack e Mariana Carneiro

Título: Privatização da Eletrobras vai ficar para 2020, diz ministério

Minas e Energia quer reavaliar modelo de capitalização; Tesouro revê Orçamento

Brasília - A venda das ações da Eletrobras no mercado financeiro, processo que levará a União a deixar o controle da companhia, não deve ocorrer neste ano, como previa o governo federal. A mudança de rota levou o Tesouro Nacional a rever a sua previsão orçamentária.

A secretária-executiva do MME (Ministério de Minas e Energia), Marisete Pereira, afirmou em entrevista à Folha que o governo está reavaliando o modelo de capitalização da Eletrobras. Com isso, não deve dar tempo de realizar a operação financeira ainda neste ano.

"Essa é uma pauta prioritária do ministério. E certo que faremos a capitalização", disse Pereira. "O ministro já afirmou que o processo está mantido. O que estamos discutindo é o modelo, como fazer. Pelo que vejo, deve ficar para 2020."

Diante da incerteza, a equipe econômica decidiu retirar a receita de R\$ 12 bilhões que estava prevista no Orçamento da União de 2019. A retirada dos recursos da conta tem previsão de ser oficializada no fim de março, quando o governo concluirá a primeira revisão bimestral de receitas e despesas.

No ano passado, o governo também chegou a prever a entrada dos R\$ 12 bilhões em caixa. Mas, com a resistência política à privatização, a equipe econômica decidiu congelar despesas que seriam pagas com esses recursos até que tivesse certeza da operação.

Desta vez não é diferente. O TCU (Tribunal de Contas da União) tem insistido para que o Tesouro seja mais conservador em suas estimativas de receita.

"Não dava para manter [no Orçamento] porque o projeto foi arquivado pelo Congresso. Não é mais uma receita prevista. Temos agora de enviar um novo projeto", disse. Segundo a secretária, a principal alteração é que não será preciso prever tantos detalhes como o texto que foi enviado pelo ex-presidente Michel Temer.

"A gente só precisa de um marco legal permitindo que as usinas que hoje operam no regime de cotas possam gerar energia pelo sistema de produção independente [livre mercado]. O restante a gente pode resolver no ministério."

No entanto, ainda segundo Pereira, o projeto deve prever a golden share (ação que dá à União poderes especiais de veto em assuntos considerados estratégicos). Também incluirá o limite de 10% de ações para voto em assembleias.

A venda das ações em Bolsa é crucial para a Eletrobras porque, com o dinheiro que captar no mercado, pagará à União pelo direito de operar 14 usinas hidrelétricas com as regras e preços de mercado.

É essa receita (a chamada outorga) que o governo contabilizará no Orçamento assim que a remodelagem da operação ficar acertada e o novo projeto de lei autorizando a operação financeira for enviado ao Congresso.

No governo Temer, a ideia era destinar mais de 50% das ações em poder da União para serem vendidas ao mercado. Uma trava de 10% foi definida para impedir que, mesmo adquirindo um grande volume de ações, um único comprador não possa assumir o controle da empresa.

O objetivo é que a Eletrobras tenha capital pulverizado e seu comando seja definido por uma administração profissional. Há outro fator que complica a discussão sobre a capitalização e pode afetar o valor que a União vai arrecadar com a operação. A Eletrobras precisa resolver como pagar uma conta antiga, referente ao chamado risco hidrológico, e isso pode afetar negativamente o preço das ações.

Sempre quando chove menos do que o previsto, o governo aciona as usinas térmicas e isso gera um aumento na tarifa ao consumidor porque as usinas hidrelétricas não conseguem produzir o volume de energia contratado. No ano passado, essa conta foi de cerca de R\$ 20 bilhões.

Esse cálculo terá de ser levado em consideração porque as 14 usinas que operam no regime de cotas também foram afetadas.

O governo pretende resolver esse impasse em outro projeto de lei. Uma das propostas é alongar o prazo de concessão das usinas como forma de quitar essa conta. A discussão é um pouco mais complexa porque, além de mexer no passado, o projeto vai também definir as regras de como funcionará o sistema de garantias dadas pelas usinas no processo de geração.

"Hoje as garantias não refletem a geração efetiva das hidrelétricas", disse. O desafio, ainda segundo a secretária, será mudar essa regra sem que isso represente quebra de contrato. Pereira afirma que o principal objetivo do Ministério de Minas e Energia é dar segurança jurídica aos investidores privados e a questão fiscal não é a mais relevante.

Sem a receita da Eletrobras, porém, a equipe econômica terá mais dificuldade em reduzir o déficit orçamentário neste ano, previsto em R\$ 139 bilhões. Ao projetar o resultado negativo, ainda no ano passado, o governo contava com os recursos da operação com a Eletrobras.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 19/02/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Cade aprova venda da Amazonas Energia para grupos do Norte

São Paulo - O consórcio entre as empresas Oliveira Energia e Atem's Distribuidora de Petróleo recebeu autorização do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para aquisição da distribuidora de energia da Eletrobras no Amazonas, privatizada em dezembro.

Segundo despacho do órgão antitruste no Diário Oficial da União desta segunda-feira (18), a operação foi aprovada sem restrições.

O consórcio entre as empresas também já teve aprovada anteriormente a compra da distribuidora da Eletrobras em Roraima, a Boa Vista Energia, privatizada em leilão no final de agosto.

O negócio pela Amazonas Energia chegou a ser alvo de questionamento no Cade pela empresa de locação de geradores Gopower, que apontou preocupação com a concorrência em seu mercado, uma vez que a Oliveira Energia atua com a geração termelétrica no Norte do país.

Segundo o parecer do Cade, a Gopower expressou a preocupação com o potencial fechamento do mercado de locação de geradores que atendem a sistemas isolados, que poderia acarretar em prejuízos aos concorrentes da Oliveira Energia, no mercado de locação de geradores. A empresa também argumentou haver risco aos consumidores de energia elétrica da Amazonas, que poderiam sofrer um aumento em suas tarifas.

Após análise, no entanto, o órgão de defesa da concorrência defendeu que "eventual tentativa de abuso da posição dominante seria prontamente barrada pela regulamentação do setor em vigor" e decidiu aprovar a aquisição.

Reuters

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 19/02/2019

Seção: Mercado

Autor: Rubens Valente

Título: Juíza veta pressão de Eletronorte sobre índios

Brasília - A juíza federal de Manaus (AM) Raffaella Cássia de Sousa determinou que a Eletronorte pare de fazer pressões sobre os índios waimiri-atroari para manter um programa de compensação por danos ambientais provocados à etnia.

Como a Folha revelou em agosto passado, a Eletronorte ameaçou cortar uma verba anual que alcançaria R\$ 18 milhões em quatro anos caso os indígenas não autorizassem as obras de construção de uma linha de alta tensão de transmissão de energia elétrica que ligaria Manaus (AM) a Boa Vista (RR).

Em ofício enviado em 16 de agosto de 2018 à presidência da Funai (Fundação Nacional do Índio), o diretor de engenharia da Eletronorte, Roberto Parucker, escreveu que a continuidade dos pagamentos fica condicionada ao

cumprimento, pela comunidade indígena, de ações para permitir o licenciamento ambiental da linha de energia elétrica, entre as quais uma manifestação positiva sobre o plano básico da obra no quesito indígena até 15 de novembro do ano passado.

Após ler o ofício, o Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública. "Note-se que a empresa adotou uma medida de chantagem ao povo kinja [como se autodenominam os waimiri-atroari], exigindo a manifestação positiva ao empreendimento de linha de transmissão, independentemente de adoção do procedimento de consulta prévia, livre e informada. A atuação abusiva chegou a patamares inimagináveis, colocando em risco a própria autossustentabilidade dos waimiri-atroari" escreveu o procurador Fernando Merloto Soave.

Em outra ação civil pública que tramita sobre a obra do linhão, uma decisão da Justiça Federal, segundo o Ministério Público Federal "é íntegra e coerente no sentido de ser imprescindível o consentimento do povo waimiri-atroari para que o projeto de linha de transmissão avance".

O PWA (Programa Waimiri-Atroari) foi criado em 1987 por indigenistas e técnicos de órgãos públicos estaduais e da Eletronorte como compensação financeira pelos danos causados na terra indígena a partir da construção da hidrelétrica de Balbina.

Ele prevê uma série de ações de saúde, educação, proteção do ambiente e apoio à produção e conseguiu reverter o alto índice de mortalidade entre os indígenas durante a ditadura militar, em consequência da construção da BR-174, entre Manaus e Boa Vista.

A juíza federal acolheu a abertura da ação civil e intimou a Funai a se manifestar.

O órgão indigenista confirmou que a Eletronorte informou aos indígenas que o PWA "só seria renovado após a aprovação pelos indígenas da Linha de Transmissão Manaus-Boa Vista". Segundo a Funai, a Eletronorte é sócia minoritária da Transnorte Energia S/A, "empreendedor dono da linha de transmissão". "Destaca-se que foi solicitada uma autorização sem a existência de qualquer estudo de impacto. [...] Destaca-se que os waimiri-atroari sempre se manifestaram [no sentido] de que o processo não foi precedido de consulta adequada, conforme previsto em legislação", diz o ofício endereçado pela Funai à Justiça Federal de Manaus.

A decisão liminar da juíza foi tomada dia 15, "em face da Eletronorte para que se abstenha de adotar qualquer medida tendente a impor ou condicionar a efetivação do Programa Waimiri-Atroari (PWA)".

A juíza apontou que, em 2013, "restou demonstrado nos autos que não houve consentimento livre da comunidade waimiri-atroari ao assinar o protocolo de intenções/ termo de acordo". Ela também reforçou que a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho prevê a consulta aos povos indígenas deve ser feita de forma livre, prévia e informada com boa fé.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 19/02/2019

Seção: Mercado

Autor: Taís Hirata

Título: Ruralistas se organizam para manter subsídio na conta de luz

Brasília - A Câmara poderá votar nesta semana pela manutenção de um subsídio bilionário dado na conta de luz de produtores rurais e companhias de saneamento.

O benefício havia sido extinto por um decreto, assinado pelo então presidente Michel Temer (MDB-RJ), no fim de 2018. O texto previa a redução gradual do subsídio ao longo de cinco anos.

A ideia era aliviar a conta de luz que, todo ano, arca com bilhões de encargos. Em 2018, foram dados cerca de R\$ 3,4 bilhões em descontos a produtores rurais, R\$ 930 milhões a irrigação a aquicultura e R\$ 875 milhões a companhias de esgoto.

Neste início de ano, porém, a bancada ruralista apresentou um decreto legislativo para manter o desconto a produtores rurais.

O grupo tentará votar a urgência do texto nesta terça-feira (19), e possivelmente aprová-lo já na quarta (20).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 19/02/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Brasil pede à UE compensação por salvaguarda ao aço

Brasília - O governo brasileiro pediu à União Européia (UE), nesta segunda-feira (18), compensações pelas salvaguardas às importações de aço impostas no início deste mês.

Em nota conjunta, os ministérios das Relações Exteriores, da Economia e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento afirmaram que o governo brasileiro

também notificou a Organização Mundial do Comércio (OMC) de que o país poderá adotar medidas para reequilibrar o comércio com a UE diante das medidas de salvaguarda no setor de aço.

Na nota, o governo brasileiro ainda reitera que permanece aberto ao diálogo sobre a questão.

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/02/2019

Seção: O País

Autor: Manoel Ventura

Título: Mineradoras têm de retirar instalações perto de barragens até agosto

Nova resolução de agência reguladora proíbe construção a 10 km. Em Brumadinho, maioria dos mortos estava na área de trabalho da Vale

Uma resolução da Agência Nacional de Mineração (ANM), publicada ontem, proíbe mineradoras de manter e construir qualquer instalação, fazer obra ou realizar serviço em uma região a até 10 quilômetros abaixo das barragens de rejeito ou que pode ser atingida por eventual inundação em até 30 minutos. As instalações, obras e serviços existentes na área da barragem deverão ser desativados até 15 de agosto deste ano.

Em Brumadinho (MG), a maior parte das vítimas do rompimento da barragem trabalhava para a Vale e estava na área de operação da represa. A determinação da agência vale para as barragens de mineração de todos os métodos de construção. A restrição não inclui, por exemplo, trânsito de funcionários a pé ou em veículos.

A agência dá como exemplo finalidades de vivência, de alimentação, de saúde ou de recreação que tenham “presença humana”. A ANM não divulgou o número de minas no país que poderão ser afetadas com essa resolução. Todas as mineradoras são obrigadas a implantar a medida, que vale apenas para as instalações das mineradoras.

MÉTODO A MONTANTE

A ANM determinou também a eliminação de todas as barragens construídas com a técnica de alteamento a montante. Foram barragens erguidas com esse método que se romperam em Brumadinho e em Mariana.

Por essa técnica, o dique inicial é ampliado para cima quando a barragem fica cheia de rejeitos de minério, usando o próprio material descartado — uma lama formada por ferro, sílica e água — como fundação. Para especialistas, o método

é comumente usado por ser mais barato e ocupar menos espaço, mas tem mais riscos de romper devido à inexistência de uma base sólida.

As barragens a montante que estão desativadas, como a de Brumadinho, deverão ser eliminadas até 15 de agosto de 2021. As que estão em funcionamento têm prazo até 15 de agosto de 2023 para serem extintas. No começo deste mês, a agência passou a exigir inspeções diárias em barragens a montante.

Em uma lista com 717 barragens de rejeitos de mineração no Brasil, pelo menos 88 têm método de construção de “alteamento a montante ou desconhecido”, segundo a agência de mineração. Entre elas, 43 são classificadas como barragens de alto dano potencial associado.

A resolução abrange 84 barragens a montante — quatro estão fora da lista porque são de pequeno porte, segundo a ANM. Além da Vale, outras grandes empresas que têm as barragens a montante que devem ser desativadas estão Gerdau, Acelor Mittal e Usiminas, segundo o cadastro da ANM.

“O consenso atual quanto a maior eficiência de outros métodos de construção e de alteamento (a jusante e em linha de centro) evidenciam que o método montante se encontra obsoleto. Barragens construídas ou alteadas a montante, principalmente as mais antigas, cujas características de fundação são comumente desconhecidas, devem ser descomissionadas ou descaracterizadas com brevidade e receber monitoramento mais próximo e intenso até que tais ações sejam concluídas”, diz o texto da ANM.

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/02/2019

Seção: Economia

Autor: MARCELLO CORRÊA BRASÍLIA

Título: Brasil quer compensação por sobretaxa de aço na UE

Governo cobra autoridades europeias e OMC por cota de importação similar à imposta pelos EUA

O governo informou ontem que cobrou da União Europeia compensações pela sobretaxa imposta ao aço brasileiro exportado ao bloco. O Brasil encaminhou notificação à Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre o tema, avisando que pode adotar medidas para “reequilibrar” o comércio com os europeus.

As restrições ao aço brasileiro foram impostas no último dia 1º de fevereiro. A Comissão Europeia decidiu aplicar cotas de importação de produtos siderúrgicos, seguindo política adotada pelos Estados Unidos. As cotas são

definidas com base numa média do que foi importado pelo mercado europeu nos últimos três anos mais 5%. Uma sobretaxa de 25% é aplicada após a cota ser atingida. A medida vale até 2021.

Em nota assinada pelos Ministérios das Relações Exteriores, Economia e Agricultura, o governo afirmou que a medida terá impacto no setor de aço. "O governo brasileiro permanece aberto ao diálogo com a União Europeia, a fim de buscar o melhor encaminhamento para essas questões. Reitera também sua disposição de seguir defendendo com todo o empenho os interesses dos produtores e exportadores brasileiros", diz o comunicado.

A sobretaxa abrange 26 produtos siderúrgicos, sete deles exportados pelo Brasil. O governo brasileiro vinha tentando tirar alguns da lista, sem sucesso. A União Europeia responde por 15% das exportações brasileiras de aço.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 19/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Simone Kafruni

Título: Proibidas estruturas a montante

Após os rompimentos de duas barragens em Minas Gerais — Mariana (2015) e Brumadinho (2019) —, a Agência Nacional de Mineração (ANM) publicou ontem, no Diário Oficial da União (DOU), uma resolução para proibir as mineradoras de manterem as estruturas, construídas no modelo a montante, em todo o país. A determinação está em consulta pública por 30 dias.

Como está no DOU, o texto proíbe as mineradoras de construírem “qualquer instalação, fazer obra ou realizar serviço em uma região a até 10 quilômetros abaixo das barragens, ou que pode ser atingida por eventual inundação em até 30 minutos”. No caso de Brumadinho, a barragem do Córrego do Feijão, que se rompeu em 25 de janeiro, deixando 169 mortos e 141 pessoas desaparecidas, estava acima do refeitório dos funcionários da Vale e de outras instalações da companhia.

Conforme a resolução da ANM, as instalações, obras e serviços existentes na área da barragem deverão ser desativados até 15 de agosto deste ano. A determinação vale para as estruturas de mineração de todos os métodos, ou seja, tanto a montante, quando é construída de um ponto mais baixo para um mais alto, quanto a jusante, quando segue o fluxo normal da água, do alto para baixo.

Tanto a barragem da Samarco (joint venture entre Vale e BHP Billiton), que se

rompeu em Mariana, em 2015, quanto a da Vale, cujo desastre em Brumadinho aconteceu neste ano, foram construídas pelo método a montante, considerado menos seguro por estarem acima das áreas de convivência. Atualmente, há 84 barragens desse tipo no Brasil, das quais 43 consideradas de alto dano potencial.

Por ser mais barato, o modelo a montante era o mais comum nas décadas de 1970, 1980 e 1990, destacou a ANM. “Contudo, constata-se que esse método não pode mais ser tolerado na atualidade, uma vez que crescem os registros de acidentes, bem como se observa que várias dessas estruturas já ultrapassam algumas dezenas de anos de vida útil, além de terem sido alteadas ao longo dos anos, o que aumentou paulatinamente a carga de rejeitos em suas bacias”, afirmou a agência, em nota.

A proposta de resolução da ANM prevê, ainda, que as mineradoras façam o descomissionamento ou a descaracterização de suas barragens a montante até 15 de agosto de 2021. As estruturas desse tipo que estiverem ativas deverão ser monitoradas constantemente até que sejam extintas ou adaptadas para modelos a jusante ou outro método mais seguro. A Vale tem 19 barragens a montante, das quais, nove foram descomissionadas.

2021

Prazo final para que barragens a montante estejam extintas no país

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 19/02/2019

Seção: Economia

Autor: Rosana Hessel/ Hamilton Ferrari

Título: Privatização nos estados

Governadores desembarcam em Brasília nesta semana para participar da III Edição do Fórum dos Governadores, que acontece amanhã, com a presença do ministro da Economia, Paulo Guedes, e do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-PA). O principal tema do encontro, que está sendo organizado pelo Governo do Distrito Federal (GDF), será a reforma da Previdência. Os governadores devem debater ainda programas de privatização para ajustar as contas, pois é crescente o número de entes federativos com problemas para pagar salários e aposentadorias.

O governo do DF também considera a venda de estatais para obter empréstimos com aval da União. Banco de Brasília (BRB), Companhia Energética de Brasília (CEB) e Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) estão na lista de estatais passíveis de serem privatizadas levantada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que é uma das fontes de financiamento que poderá ser usada pelos governadores.

O ministro Paulo Guedes tem apresentado a proposta aos governadores que tem recebido nos últimos dias. Hoje, ele estará com Fátima Bezerra (PT), do Rio Grande do Norte, Gladson Cameli (PP), do Acre, e Renan Filho (MDB), de Alagoas.

Ontem, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), aproveitou para tirar dúvidas com Guedes sobre o texto da reforma, que também valerá para estados e municípios. O democrata disse que gostou do que ouviu do ministro e criticou a proposta de alguns governadores para a criação de um fundo para cobrir o rombo previdenciário com recursos de privatizações de estatais. Segundo ele, Guedes compartilha a opinião. “Não é possível usar as estatais para cobrir o deficit da Previdência. Não dá para atender a 3% da população se a propriedade das estatais é de todos”, disse ele, em entrevista ao Correio.

Caiado adiantou que Iqueto (Indústria Química de Goiás), Metrobus e Celg GT estão na lista de privatizações. Na avaliação dele, porém, os governadores precisam discutir melhor o modelo de venda de estatais, a fim de evitar o que aconteceu à Enel, que comprou a Celg Distribuição em novembro de 2016. “Goiás hoje não consegue crescer por falta de condições de fornecimento de energia elétrica. É um gargalo completo. A empresa está pior que a antiga estatal. As agências têm que ter independência capaz de exigir investimentos”, disse. Segundo ele, a Enel está priorizando a Eletropaulo, adquirida em 2018.

Pacote

O presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), defende um pacote para ajudar os estados em conjunto com a tramitação da reforma da Previdência. Caiado disse que a secretária de Fazenda de Goiás, Cristiane Alkmin, se reuniu com o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, para tratar de um projeto de lei que poderá antecipar empréstimos aos estados que apresentarem um programa de corte de gastos e venda ou abertura de capital de estatais. A medida seria uma alternativa ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), ao qual apenas o Rio de Janeiro aderiu, e que “não se mostrou eficaz”.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 19/02/2019****Seção: Economia****Autor: Simone Kafruni****Título: Investimento de R\$ 16,5 bi**

Ministério da Infraestrutura assinou ontem dois contratos de arrendamentos portuários, o maior deles no Porto do Açu, no Rio de Janeiro, com previsão de investimento de R\$ 16,5 bilhões e geração de 13,5 mil empregos. Durante a cerimônia, o ministro Tarcísio Gomes de Freitas anunciou que serão realizados 23 leilões antes dos 100 dias de governo — 12 aeroportos em 15 de março, a Ferrovia Norte-Sul em 28 de março, e outros 10 certames portuários em 5 de abril. Essas licitações, no entanto, foram qualificadas pela Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) ainda na gestão Michel Temer.

Nas duas assinaturas de contrato, Freitas destacou que os valores dos investimentos superaram os estimados no leilão. Conforme o secretário de Portos, Diogo Piloni, o arrendamento do terminal de granéis líquidos no Porto de Santarém, no Pará, envolvia, na ideia original, aporte de R\$ 30 milhões. “O consórcio prevê investimentos de R\$ 175 milhões. A iniciativa privada, com sua ousadia, propôs quase seis vezes que havia programado”, destacou.

O terminal vai alterar a lógica de distribuição de combustível para a região Norte, inicialmente atendendo o Pará, mas podendo se tornar um hub para outros estados. “É um local estratégico que vai abastecer as térmicas do Norte”, ressaltou **Márcio Felix, secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia (MME)**.

O diretor do consórcio BR/Raízen, Cláudio Oliveira, explicou que o projeto pretende transformar a logística de barcas para navios de longo curso “aproveitando as facilidades do Porto de Santarém”. “Temos 25 anos para correr atrás da execução e colher os benefícios do investimento”, afirmou.

O contrato de adesão do Terminal Usina Termelétrica Gás Natural Açu, no Porto do Açu, vai movimentar gás natural liquefeito (GNL), inicialmente importado, mas, depois, o gás do pré-sal. “Será o primeiro terminal gaseificado do Sudeste, com grande impacto na produção de energia do país”, ressaltou o ministro Freitas. Estavam presentes Cláudio Castro, vice-governador do Rio de Janeiro, e o senador pelo estado, Flávio Bolsonaro (PSL), filho do presidente.

“Precisamos desenvolver o Rio de Janeiro, cujo interior é subdesenvolvido. A salvação do estado está justamente nessas regiões”, disse Castro. Bolsonaro ressaltou que a termelétrica será um primeiro passo para que o gás do pré-sal

também possa ser usado no futuro. “Estamos colaborando para desatar os nós e acelerar os investimentos e a geração de emprego. O Rio de Janeiro pode ir para outro patamar de competitividade”, afirmou.

O parque térmico vai gerar 3 gigawatts num primeiro momento, com a criação de 4,5 mil empregos diretos e 9 mil indiretos. Os investimentos serão divididos em R\$ 8 bilhões na primeira fase e mais R\$ 8,5 bilhões a partir de 2021.

Terminais

O secretário de Portos, Diogo Piloni, disse que vai dar continuidade às assinaturas de contratos com terminais de uso privado (TUPs). “Hoje, 67% das cargas já são movimentadas em TUPs, mas a participação do setor privado vai crescer”, afirmou. A perspectiva é de mais R\$ 2 bilhões em investimentos de processos de autorização já realizados e outros R\$ 2 bilhões em outros 25 empreendimentos.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 19/02/2019

Seção: Economia

Autor: Marília Sena

Título: Gasolina mais barata no DF

O preço da gasolina caiu para o consumidor no Distrito Federal. Apesar da alta do produto nas refinarias — a partir de amanhã, o litro será vendido às distribuidoras a R\$ 1.957, o maior patamar desde o início do ano —, os motoristas podem encontrar o combustível a menos de R\$ 3,90 nos postos habitualmente percorridos pelo Correio. O gerente de um estabelecimento que vendia ontem o litro a R\$ 3,89 afirmou que a baixa reflete descontos concedidos pelas distribuidoras. Em outro posto, na Asa Norte, uma placa informava que o preço de R\$ 3,86 se devia a uma promoção de “volta às aulas”.

Na semana passada, a gasolina chegava a custar R\$ 4,25 em vários revendedores. Ontem, alguns motoristas se animaram com o preço mais baixo e fizeram fila em um estabelecimento na Asa Norte. O empresário Joel de Souza esperou mais de 20 minutos para ser atendido. Segundo ele, é preciso aproveitar ocasiões como essa para encher o tanque, pois a gasolina a mais de R\$ 4 torna-se inviável para o bolso do motorista. “Eu dirijo muito para trabalhar. Tem semanas em que preciso economizar em outras compras a fim de abastecer o carro, disse.

O presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e de Lubrificantes do Distrito Federal (Sindicombustíveis), Paulo Tavares, explicou

que a queda de preços é efeito de uma guerra comercial entre os postos. Alguns baixaram os valores, forçando os demais a fazer o mesmo para não perder clientes.

Tavares considerou que o processo prejudica os donos de postos e, por isso, não deve durar muito tempo. “Fica inviável lucrar assim. Só não baixam o preço quem realmente não pode, e quem não pode já está fechando”, afirmou.

*** Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo**

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 19/02/2019

Seção: Negócios

Autor: Paula Pacheco

Título: Corridas de carros elétricos atraem empresas brasileiras

Cidade do México — O uso de energia limpa vem sendo inserido cada vez mais na estratégia de empresas globais e também por startups que perceberam as possibilidades de negócio por trás da substituição do petróleo por fontes alternativas.

O Brasil também tem buscado espaço neste novo momento. Ainda que nas ruas do país, segundo informação do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), existam apenas 300 veículos 100% elétricos em circulação (número de 2018), há quem acredite que vale a pena apostar desde já nesse mercado.

Uma dessas vitrines é a ABB FIA Fórmula-E, uma modalidade do automobilismo lançada em 2014, ligada à Federação Internacional de Automobilismo, e que atualmente, de um total de 22 competidores, conta com quatro pilotos brasileiros: Lucas Di Grassi, Felipe Massa, Nelson Piquet Júnior e Felipe Nars. É a nacionalidade com a maior participação.

A modalidade, lançada em 2014, é bem nova em comparação à sessentona Fórmula 1. A velocidade máxima é de 220 km/h, cada competição dura apenas 45 minutos, não é permitida a recarga da bateria e o principal desafio dos pilotos é justamente controlar o consumo de energia para não parar antes de cruzar a linha de chegada.

No lugar do conhecido “ronco dos motores”, o que se ouve é um som parecido com o de veículos futuristas como os de filmes como “Blade Runner”, como se os pneus não tocassem o asfalto, apenas flutuassem. Apesar das diferenças em relação à modalidade mais prestigiada do automobilismo, as provas da Fórmula-E têm atraído bom público, equipes, patrocinadores e audiência.

A prioridade são os circuitos de rua, mas algumas etapas, como a que aconteceu na Cidade do México no último sábado, podem ser em autódromos. Para os organizadores, é a forma de tornar a modalidade mais popular. Outra estratégia para esse negócio é criar espaços públicos para os visitantes que não têm como pagar pelo ingresso. Nesses lugares, empresas montam seus estandes e oferecem experiências ligadas a tecnologia, mobilidades e sustentabilidade, como se fosse uma espécie de grande parque de exposição.

O vencedor no México foi Di Grassi, da equipe Audi Sport Abt Schaeffler, que fez a ultrapassagem decisiva nos últimos segundos da corrida, depois de quase bater no muro de proteção. Perguntado pelo Estado de Minas sobre a possibilidade de o Brasil ser incluído no calendário da Fórmula-E, ele disse, de forma entusiasmada, que torce para que o país faça parte da competição. “São Paulo, Rio, Brasília, Florianópolis, não importa. Temos quatro pilotos e todos sabem que o brasileiro tem muita paixão pelo automobilismo.”

Minas na pista

Não foi só no topo do pódio que o Brasil se destacou. A CBMM (Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração), com sede em Araxá (MG), foi a patrocinadora da etapa. A companhia é uma das duas no país que exploram o nióbio. O controle está nas mãos do Grupo Moreira Salles, que tem como sócios um consórcio japonês-sul-coreano e um grupo de empresas chinesas.

Gerente-geral da divisão de mobilidade da companhia, Rodrigo Amado conta que, neste ano, a CBMM decidiu ser patrocinadora de duas etapas e copatrocinadora de uma terceira, em Cingapura, onde participará de rodadas de discussão sobre formas de melhorar a mobilidade das cidades.

Segundo o executivo, a decisão de incluir o Brasil entre as etapas da competição depende de negociações entre a FIA e o poder público — no caso, os prefeitos. Algumas cidades brasileiras já teriam sido sondadas, mas Amado desconversa sobre possíveis destinos. Apesar de ainda não haver uma definição sobre o país fazer parte da Fórmula-E em 2020, a CBMM tem uma carta de intenção assinada para ser patrocinadora.

Estar em uma competição como essa, explica o gerente da CBMM, é uma forma de divulgar os usos do nióbio e desenvolver parcerias com outras empresas. Hoje, 95% da sua produção é exportada. No Brasil, seus clientes estão na área de siderurgia.

Nesta temporada, a suíça ABB, especializada em tecnologias de automação e de energia, é a principal patrocinadora, dá nome ao evento e tem seus

carregadores elétricos usados por todas as equipes. Para Greg Scheu, presidente da ABB Américas, apesar de os veículos elétricos ainda serem pouco representativos em relação aos que utilizam energia fóssil, o espaço para crescer será muito grande, inclusive no Brasil.

Scheu acredita que a tendência seja a expansão gradativa em diferentes frentes: transporte público, táxis e veículos de uso pessoal. Para a ABB, pode vir daí uma boa fonte de receita. A companhia detém a tecnologia de produção de equipamentos para recarga rápida e já está presente em algumas eletrovias no Brasil. Entre elas, a BR-277, rodovia federal que corta o estado do Paraná e une Paranaguá a Foz do Iguaçu. É possível abastecer em oito minutos e rodar até 200 quilômetros. O executivo torce pela inclusão do país na próxima temporada e espera que o Rio de Janeiro seja o destino. “Adoraria que fosse no Rio, perto da praia.”

Além dessas empresas, a Fórmula-E conta hoje, entre seus apoiadores, com nomes que já têm tradição no automobilismo, como Tag Heuer e Allianz, mas também atraiu outras companhias ligadas ao setor de energia, engenharia e mineração, como a Enel, Bosch e a Antofagasta Minerals.

Para o piloto Di Grassi, a evolução desse tipo de tecnologia será cada vez mais veloz. “A tecnologia desenvolvida na Fórmula-E evolui muito rapidamente e poderá trazer muitos benefícios tanto no que diz respeito à emissão de poluentes, quanto na redução de ruído. São várias vantagens quando se faz a conta. Estamos em um momento único de transformação e acredito que os carros elétricos vão ficar por muito tempo”, avalia.

***A jornalista viajou a convite da ABB Brasil**

"A popularização virá com o tempo", diz piloto

A eletricidade também é a matriz energética da Jaguar Ipace Ethrophy, um evento com carros de turismo que dá suporte à Fórmula-E e também conta com pilotos brasileiros, Miguel Jimenez e Cacá Bueno. Na etapa da Cidade do México, Jimenez terminou a competição em terceiro lugar. Entre seus patrocinadores, está a Zeg, companhia do segmento de energias renováveis.

Jimenez conta que apresentou o projeto aos executivos da Zeg e o interesse foi imediato. “Tem todo sentido com tudo que eles estão desenvolvendo na área de energias renováveis. O carro elétrico é o que emite menos poluição”.

Para o piloto, a proposta de unir uma marca a um projeto de energia limpa não é o único apelo para patrocinadores que se interessam por modalidades como a

Fórmula-E e a Jaguar Ipace Ethrophy. As discussões sobre formas de buscar alternativas nesses eventos esportivos também são importantes. “O esporte chama a atenção para o que pode ser feito para ajudar o mundo. A Fórmula-E foi criada para isso e está fazendo o trabalho dela. O motorsport, por sua vez, acelera a evolução dos carros. Essa é uma combinação importante”, analisa.

Jimenez não acredita que as competições com motores elétricos tenham pouco apelo em relação aos motores a combustão. Para ele, a popularização virá com o tempo. “As corridas são muito boas e o público quer esse tipo de emoção. Mas, por outro lado, não acho que as corridas a combustão vão acabar, mas se adaptar a um híbrido.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 19/02/2019

Seção: Negócios

Autor:

Título: "A popularização virá com o tempo", diz piloto

A eletricidade também é a matriz energética da Jaguar Ipace Ethrophy, um evento com carros de turismo que dá suporte à Fórmula-E e também conta com pilotos brasileiros, Miguel Jimenez e Cacá Bueno. Na etapa da Cidade do México, Jimenez terminou a competição em terceiro lugar. Entre seus patrocinadores, está a Zeg, companhia do segmento de energias renováveis.

Jimenez conta que apresentou o projeto aos executivos da Zeg e o interesse foi imediato. “Tem todo sentido com tudo que eles estão desenvolvendo na área de energias renováveis. O carro elétrico é o que emite menos poluição”.

Para o piloto, a proposta de unir uma marca a um projeto de energia limpa não é o único apelo para patrocinadores que se interessam por modalidades como a Fórmula-E e a Jaguar Ipace Ethrophy. As discussões sobre formas de buscar alternativas nesses eventos esportivos também são importantes. “O esporte chama a atenção para o que pode ser feito para ajudar o mundo. A Fórmula-E foi criada para isso e está fazendo o trabalho dela. O motorsport, por sua vez, acelera a evolução dos carros. Essa é uma combinação importante”, analisa.

Jimenez não acredita que as competições com motores elétricos tenham pouco apelo em relação aos motores a combustão. Para ele, a popularização virá com o tempo. “As corridas são muito boas e o público quer esse tipo de emoção. Mas, por outro lado, não acho que as corridas a combustão vão acabar, mas se adaptar a um híbrido.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 19/02/2019****Seção: Opinião****Autor: José Antunes Sobrinho****Título: Brumadinho e a engenharia brasileira**

Desde as grandes civilizações da antiguidade, a construção de barragens denota progresso e poder, utilizada na reserva da água para consumo e para fins agrícolas. Depois das revoluções industriais, seu uso multiplicou-se. Abrangem áreas que vão do abastecimento hídrico, navegação e produção de energia elétrica à extração de minerais para o fabrico do aço e até de celulares. Infelizmente barragens são lembradas também por tragédias, como a de South Fork, com mais de 2 mil mortos nos Estados Unidos, em 1889.

Conforme ocorre em quase todos os avanços tecnológicos, benefícios podem tornar-se ameaça quando não há gestão apta ao devido controle da cadeia de riscos potenciais. É, portanto, sob esse prisma, que se devem avaliar os acidentes recentes de Mariana e Brumadinho, ambos envolvendo mineradoras vinculadas à Vale do Rio Doce em barragens construídas para acumular dejetos, pela técnica de alteamento a montante.

É preciso lembrar que o arcabouço normativo do Brasil para a construção e manutenção de barragens é sólido. Promulgada em 2010, a Lei 12.334/10 criou a Política Nacional de Segurança de Barragens, que é regulamentada por resoluções e portarias das agências reguladoras de Águas, de Energia Elétrica e de Mineração.

Os regulamentos exigem vistorias periódicas, planos de prevenção, emergência e segurança. Além deles, há extensa bibliografia, como os estudos da Comissão Internacional de Grandes Barragens (Icld), e cujo espelho nacional é o Comitê Brasileiro de Barragens. Guias para boa prática, com efeito, não faltam, mas precisam ser seguidos. Apesar de a Vale ter comunicado estar em dia com revisões e inspeções, perguntas ainda carecem de respostas. A principal delas: por que, mesmo tendo plano de emergências, a mineradora manteve áreas com refeitório e escritórios sem considerar que, em caso extremo, as consequências seriam dantescas?

É de assustar ainda que, em estudos basilares de risco após Mariana, não tenham sido feitos corriqueiros levantamentos exaustivos de possíveis rupturas de barragens (dam breaks) para todas as barragens da Vale, cuja técnica de construção é sabidamente precária.

Tais estudos demonstrariam evidentes áreas a serem preservadas de ocupação humana, com custos de eventuais realocações infinitamente inferiores ao das preciosas vidas perdidas, sem se contarem prejuízos em lucros cessantes e danos emergentes. As investigações dirão como foram conduzidos os estudos de risco, que conclusões tiveram e, em última análise, por que claramente não foram seguidos, sem contar medidas de análise de estabilidade e de intervenções, tais como drenos, rebaixamento do nível de água, de forma a otimizar coeficientes de solidez e segurança.

Os impactos de Brumadinho estão postos. Poderão significar recrudescimento da regulamentação, a obrigar o mercado minerário a adotar nova postura, inclusive quanto à compliance, como já em outros setores da moderna economia. A priori, já se pode afirmar que, sejam quais forem as conclusões, na engenharia, as improvisações dão muito errado. É de lamentar ainda que, em país de referência mundial em construção de barragens como o Brasil, cuja prestigiosa engenharia é reconhecida mundialmente desde a icônica hidrelétrica de Itaipu, além de muitas barragens de grande altura, muitas acima de 100 metros e com grande volume de reserva, sejamos agora obrigados a pagar o árduo preço do desprestígio.

Por último, malgrado o Brasil dispor de excelentes consultores internacionais em área barrageira e de geotécnica, é importante ficar claro que, em Brumadinho, teria atuado, com destaque, empresa europeia de propalada experiência mundial. A questão é inelutável: havia competência específica e currículo necessário em todas as empresas contratadas pela Vale? O fato de ser europeia é por si só atestado de competência? Por certo, temas a serem investigados com a urgência e a gravidade que a realidade exige. Não podemos permitir que uma terceira tragédia volte a enlutar a nação.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 19/02/2019

Seção: Cidades

Autor: Renata Nagashima/Walter Galvão

Título: Comunidade ganha sirenes

A tragédia de Brumadinho (MG), mês passado, deixou em alerta o Governo do Distrito Federal. Ele voltou os olhos para a Barragem do Paranoá e passou a investir na manutenção da estrutura e na prevenção. Na tarde de ontem, a Defesa Civil realizou testes com sirenes. Instaladas às margens do rio São Bartolomeu, num percurso de 10 quilômetros em linha reta, elas devem ser acionadas em casos de emergência. O som é audível pelos moradores que

habitam as propriedades abaixo da represa, mas ainda faltam ajustes para ser mais eficaz, segundo técnicos.

Os testes indicaram que o aviso chega a todos os locais avaliados. Porém, é necessário melhorar a qualidade e a potência do som. “Diante da situação, a Defesa Civil informa que relatará os fatos à Companhia Energética de Brasília (CEB), recomendando a instalação de mais equipamentos ao longo do referido percurso ou amplificação do som emitido pelas torres existentes”, informou a Defesa Civil, por meio de nota oficial.

Equipes realizam visitas às comunidades e deram instruções aos moradores. A partir do mapa de inundação, eles estabeleceram pontos de encontro às margens direita e esquerda do rio São Bartolomeu, onde as pessoas podem ficar seguras em casos de desastre. Agora, os técnicos da entidade se reunirão com os moradores do Núcleo Rural Boqueirão e do Paranoá para passar as demais instruções de como agir caso a barragem rompa.

Rotina de medo

A intensificação dos trabalhos preocupa mais a cada dia quem mora no Núcleo Rural Boqueirão. Em casos de acidente na barragem, a comunidade seria a primeira a ser atingida. O serralheiro Ezequias Vieira dos Santos, 56 anos, estava em casa na hora em que a sirene tocou. Ele escutou o alerta, mas disse que o som estava muito baixo e o barulho de uma televisão ou de um carro poderia fazer com que os moradores não conseguissem notar uma situação de emergência.

De acordo com Ezequias, outro problema da região é a pista que dá acesso às residências. No lugar, não há pavimentação e as vias são desniveladas. Em casos de acidente, seria impossível tentar fugir de carro. “Moro aqui há 30 anos e a barragem sempre foi motivo de medo. Na época de chuva ou quando abrem as comportas, sempre enfrentamos alagamentos. Moro com minha esposa, três filhos e um neto, e a gente se preocupa”, contou.

Para a família de Jeferson Pereira Paixão, 30, o medo passou a fazer parte da rotina da família. Há dois meses, o homem se mudou com os três filhos e a esposa de Abadiânia (GO) para o Núcleo Rural Boqueirão. “Estou procurando um jeito de sair daqui. Passei a ter medo desse negócio de barragem. Minha maior preocupação é com a vida dos meus filhos”, disse.

Na hora do alerta, Jeferson estava em casa e também reclamou que o som era quase inaudível. “Quem mora mais para dentro não consegue escutar. Minha maior preocupação é de que aconteça algum desastre à noite”, comentou. Ele

confirma que técnicos da Defesa Civil compareceram à região e começaram a ensinar medidas de como se salvar caso ocorra o rompimento da barragem.

Precauções

Para preservar a barragem, outros órgãos, como Departamento de Estradas de Rodagem (DER-DF), também estão executando ações preventivas. O órgão afirmou que caminhões ficarão proibidos de circular na estrutura, a partir de 1º de março. Além disso, realiza obras de manutenção na via, como recapeamento. O DER-DF estudará, ainda, a possibilidade de reduzir a velocidade máxima do local de 50km/h para 40km/h.

Os técnicos do órgão constataram que a circulação de veículos na via — cerca de 26 mil por dia — pode danificar a estrutura da barragem, construída há 60 anos. A CEB também apresentou relatório, que indicava que as fissuras encontradas no lugar poderia ter sido causadas pelos automóveis pesados que passam pela pista.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 19/02/2019

Seção: Cidades

Autor: Severino Francisco

Título: A Barragem do Paranoá

Crônica da Cidade

A estrada de serviço da barragem do Paranoá, que liga o Plano Piloto ao Paranoá, ao Itapoã e a vários condomínios, me preocupa e devia preocupar a todos. O alerta veio com o desastre de Brumadinho. Ainda bem que o Ministério Público entrou no circuito e proibiu a circulação de ônibus e caminhões a partir de 1º de março. Não sei qual será o caminho alternativo para quem trafega pela região, mas o fato é que aquela passagem demanda cuidados da parte do governo do DF.

Antes mesmo de Brumadinho, imaginei, diversas vezes, a catástrofe desencadeada pelo rompimento da barragem do Paranoá. A quantidade de água é enorme. Aquela região é permeada de vales, cidades e condomínios. Seria uma tragédia humana e ambiental de magnitude inimaginável em Brasília.

Pode parecer paranoia, mas as informações que chegam se encaminham rumo à cautela e a cuidados urgentes com a situação. Aquela estrada não foi planejada para receber um fluxo tão intenso de veículos, principalmente os pesados. Passo

pelo trecho muitas vezes, pois temos um afilhado que mora no Paranoá. A paisagem delineada pelo lago é belíssima.

Mas os sinais do perigo estão inscritos no asfalto, malcuidado, fendido por rachaduras e buracos. Com o desastre de Brumadinho, a pavimentação recebeu reparos. No entanto, isso é insuficiente, pois a estrutura é inadequada ao fluxo e ao peso dos veículos que circulam por aquelas paragens. Como já disse, não sou consultor de segurança; sou consultor de insegurança.

No entanto, pelas informações que li, a situação comporta riscos a serem evitados. Esse parece ser o entendimento do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), apesar de representante da CEB afirmar que a barragem não representa “risco estrutural grave”.

A declaração não tranquiliza. Seriam necessários outros estudos para avaliar com mais segurança sobre matéria de consequências tão graves para a cidade. A intervenção do MPDFT vai nessa direção. Entrou na Justiça com uma ação contra o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e a CEB para obrigar aos dois órgãos que construam uma nova ligação entre a Estrada Parque do Contorno e a Estrada Parque Dom Bosco: “A omissão dos réus é grave e deve ser prontamente corrigida pelo Poder Judiciário a fim de evitar tragédias e desastres causados pelo uso abusivo da estrada de serviço da Barragem do Paranoá”, aponta o MPDFT, em seu arrazoado.

Essa nova pista substituiria a única, precária e perigosa estrada de serviço da barragem do Paranoá. O MP recomenda também que a referida via deve ser usada exclusivamente para a manutenção da barragem, sem trânsito de veículos.

Em quase todos os desastres recentes, as autoridades asseguravam que não havia perigo. Pode ser excesso de zelo ou paranoia do MP. Mas eu prefiro a paranoia que preserva vidas do que a suposta segurança que mata. O que ocorre no Brasil não são acidentes; são tragédias anunciadas em série pela omissão.

MME / ASCOM .